

Orcamento limita novo presidente

O que vai sobrar para o próximo presidente investir, dentro do orçamento que está sendo elaborado, é cerca de NCz\$ 1,7 a NCz\$ 2 bilhões, a preços de maio último. A informação é do secretário de Orçamento e Finanças da Sepplan, Pedro Paullen Parente, e serve como justificativa à minuta de projeto de Lei que o Governo encaminhou ontem ao Congresso Nacional. A minuta dispõe sobre a redução de incentivos fiscais a partir de 1990 e sobre o refinanciamento da dívida do Distrito Federal, estados e municípios, que fazem parte do esforço para equilibrar as finanças públicas no próximo ano.

Pedro Parente explica que, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Executivo não pode encaminhar um orçamento desequilibrado ao Congresso Nacional — as despesas devem corresponder às receitas. Assim, além de tratar da questão do aumento das receitas, coube ao Governo cortar o que pôde. "O que temos para o orçamento do ano que vem é um quadro de disponibilidade de recursos bastante drástico e inferior ao desse ano", comenta.

O secretário disse ainda que os cortes estão sendo feitos aonde não deveriam, mas que não há outra saída. "Não há outro caminho", afirmou. "Para termos cortes drásticos de custeio e na área de pessoal, você precisaria de medidas de natureza estrutural, que não podem ser adotadas no presente momento. Além disso, não há possibilidade de contar com recursos externos para cobrir as necessidades de investimento. Estamos contando apenas com aquelas fontes realmente certas".

Pedro Parente disse que ainda não é possível alinhar quais os se-

tores que serão mais afetados, em virtude de escassez de recursos para investimento no próximo ano. "Isto ainda está sendo estudado", explicou. "São tão poucos os recursos que o que estamos fazendo é evitar sua pulverização excessiva. Estamos recebendo os pedidos de investimento dos diversos ministérios e vamos levá-los ao Presidente para que ele defina o conjunto de programas que será contemplado".

A visão da área econômica é a de que não é conveniente pulverizar os recursos disponíveis para investimentos, porque isto faria, por exemplo, que fossem mantidos os canteiros de obras ao invés de se realizar as obras em si. Pedro Parente lembrou, inclusive, que o orçamento para as estatais no próximo ano equivale a cerca de 3,3 por cento do PIB e que os investimentos dessas empresas estarão condicionados ao que sobrar depois que elas pagarem todo o seu custeio. "Dessa forma, medidas que, por exemplo, aumentem despesas com pessoal, tenderão a reduzir o percentual destinado a investimento", disse.

Ao explicar a revogação da isenção do imposto de renda que é concedida às microempresas — a proposta do Governo é que elas sejam tributadas pelo lucro presumido —, Pedro Parente disse que o Governo apenas buscou os setores da economia que ainda não estavam tributados, evitando, assim, uma carga maior sobre o assalariado. "Um dos setores lembrados foi o das microempresas que, embora seja um setor que necessite de incentivos, estava sendo utilizado para sonegação".

Pedro Parente ressaltou, porém, que foi mantido o pressuposto básico de baixa tributação e desburocratização. "A incidência é sobre o lucro presumido, o que não exigirá das microempresas que elas façam contabilidades complicadas, a exemplo das grandes empresas", disse. Para o secretário de Orçamento e Finanças, o ponto relevante é que está se tributando 3,5 por cento da receita declarada das microempresas e a uma alíquota de 25 por cento: "Isso resulta numa alíquota sobre a receita declarada inferior a 1 por cento".